
A crónica como género jornalístico e o emergir do subgénero “do quotidiano”

A journalistic genre named crónica and the emergence of an “everyday life” subgenre

José Ricardo Carvalho



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/cp/11282>

DOI: 10.4000/cp.11282

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Edição impressa

ISBN: 2183-2269

ISSN: 16461479

Reférence electrónica

José Ricardo Carvalho, «A crónica como género jornalístico e o emergir do subgénero “do quotidiano”», *Comunicação Pública* [Online], Vol.15 nº 29 | 2020, posto online no dia 15 dezembro 2020, consultado o 14 abril 2023. URL: <http://journals.openedition.org/cp/11282> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.11282>

Este documento foi criado de forma automática no dia 14 abril 2023.



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional - CC BY-NC 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

A crónica como género jornalístico e o emergir do subgénero “do quotidiano”

A journalistic genre named crónica and the emergence of an “everyday life” subgenre

José Ricardo Carvalheiro

NOTA DO EDITOR

Recebido: 15 de junho de 2020

Aceite para publicação: 31 de julho de 2020

NOTA DO AUTOR

*Assistant Professor in the Department of Communication, Philosophy and Politics at University of Beira Interior, Portugal. Coordinator of the Journalism Master at UBI and senior researcher at LabCom. Holds a PhD in Communication Sciences, with a background in Sociology. Main interests involve media history, journalism, migration and ethnicity in the media. Has coordinated research projects on the history of media audiences and on the question of public and private in mobile communication.

Introdução

- 1 A ideia de crónica no universo jornalístico sofre de ambiguidades, pelo menos, a três níveis: (1) variação histórica, que lhe vai modificando o cariz e o entendimento ao longo das épocas; (2) polissemia sociocultural, que lhe dá entendimentos e configurações diferentes segundo os contextos nacionais e as respetivas culturas jornalísticas; (3)

variabilidade de definições, mesmo dentro do contexto nacional, por parte quer do olhar académico, quer de práticas no seio dos projetos jornalísticos, quer consoante os próprios cronistas.

- 2 Para enfrentar a sua fluidez de género pouco definido e polissémico, cremos ser benéfico olhar a crónica através de abordagens contextualizadas, não em demanda de uma pureza do conceito, mas tentando entendê-lo em determinadas circunstâncias. Neste artigo, procuramos situar a crónica dentro da(s) cultura(s) jornalística(s) e dar-lhe algum enquadramento histórico. Recenseamos os sentidos que lhe são dados hoje no campo profissional, revisitamos brevemente as suas origens no contexto português e, por fim, focamo-nos no que nos parece um subgénero formado durante o século XX, examinando uma manifestação particular desse processo no *Diário Ilustrado* de 1956.

1. A conceção de género

- 3 A palavra crónica, na origem grega referindo-se a tempo, foi assimilada pelo latim (com a grafia de *chronica* e sentido próximo do de *anais*, registos dos acontecimentos principais de cada ano), sendo, a partir deste, adotada por várias línguas europeias durante a Idade Média. No seu uso atual coexistem várias camadas de significado, estando ainda em vigor aceções antigas, a par de sentidos modernos que se desenvolveram, particularmente no campo jornalístico, desde o século XIX. A ambiguidade e a variabilidade que existem na crónica interpelam, portanto, o próprio conceito de género e requerem alguma atenção à sua teoria.
- 4 É possível identificar duas grandes tendências face ao conceito de género nos estudos linguísticos e literários. Uma delas, herdeira do trabalho de formalistas como Vladimir Propp, privilegia a estrutura, ou seja, as características intrínsecas aos textos e as propriedades formais do discurso, distanciando-se do aspeto temático. Esta linha tende a abordar a “cultura popular” mediática, como é o caso de Asa Berger, através de conceitos desligados do contexto histórico-social. Ao serem tidos como válidos universalmente, os conceitos (como objetividade ou emotividade) permitiriam mapear, por exemplo, os géneros televisivos através das diversas polarizações possíveis; e considera-se que os mesmos instrumentos conceptuais “podem ser igualmente usados para estudar as formas dos géneros noutros *media*” (Berger, 1992, p. 11).
- 5 Uma tendência distinta é a que encara os géneros discursivos como historicamente situados e, além disso, não apenas como devedores dos traços textuais, mas também como estando implicados nas condições socioculturais da sua produção, bem como na própria interação com os recetores, com as suas expectativas e os modos de identificação de cada género. Esta linha inspira-se numa conceção sócio-histórica e dialógica dos discursos, como é a de Mikail Bakhtine, para quem “uma função determinada (científica, técnica, jornalística, quotidiana) e umas determinadas condições, específicas para cada esfera, geram determinados géneros, ou seja, tipos temáticos, composicionais e estilísticos relativamente estáveis” (Bajtín, 2012, p. 249).
- 6 É nesta linha que, face ao campo jornalístico, se situam autores como Ringoot e Utard (2009), ao apontarem limitações a uma abordagem dos géneros cingida ao texto, desde logo pelas próprias dinâmicas de intertextualidade, que põem os textos a ressoar e a dialogar, confundindo as fronteiras genéricas. Mas também porque os géneros praticados nos *media* são indissociáveis das funções comunicativas que se lhes imputa, e

sobretudo pelo facto de a sua ancoragem em contextos específicos fazer de cada um deles, num dado momento, uma forma histórica e sociocultural própria (Ringoot & Utard, 2009).

- 7 Em consonância com esta conceção sócio-histórica, várias dimensões teóricas podem ser tidas em consideração numa abordagem dos géneros jornalísticos, nomeadamente as funções que um determinado género visa cumprir, os processos da sua codificação em tipos estáveis, as relações de produção em que ele está envolvido e a orientação dialógica que lhe confere uma certa configuração e um estilo.

2. A crónica e a variedade de culturas jornalísticas

- 8 À luz da noção sócio-histórica dos géneros, é pertinente verificar a variabilidade da ideia de crónica em algumas culturas jornalísticas. Na língua inglesa, na qual a palavra penetrou por via do francês no século XIV, o termo *chronicle* mantém hoje um significado estritamente ligado à ideia de registo ou descrição de eventos, podendo ser usada num sentido de narrativa histórica ou de narrativa de factos recentes. No jornalismo anglo-americano, o termo é usado, ainda, no título de alguns jornais fundados em séculos anteriores e corresponde à ideia de publicação na qual se registam os factos do tempo atual. O conceito de *chronicle* não existe, porém, enquanto género ou designação de uma prática específica dentro do jornalismo. Mais relevante do que isso, também não parece existir no jornalismo anglo-americano um género equivalente, embora com outra designação, para aquilo que se pratica (ainda que ambigualmente) sob a denominação de crónica noutras culturas jornalísticas.
- 9 Pelo contrário, no jornalismo francês a ideia de crónica está presente há mais de século e meio como designação de uma parte específica do que se publica na imprensa. Mais tardia na adesão a um modelo noticioso e na profissionalização de uma classe jornalística, a imprensa francesa manteve, ao longo de todo o século XIX, uma relação estreita com os campos literário e político, em que a competência dos jornalistas era sobretudo retórica, servindo amiúde como percurso para carreiras literárias e políticas (Neveu, 2005). Daí emerge, aliás, a figura do “intelectual”, enquanto pensador e interveniente em público, cuja “tribuna” por excelência eram os jornais.
- 10 É nesse contexto, em que começa a surgir a imprensa popular e a notícia ganha terreno, que a *chronique* se afirma (prolongando-se depois pelo século XX) como um espaço distinto e autónomo, que traduz a importância do comentário acerca da atualidade e privilegia a expressão de opiniões, permitindo abordar os acontecimentos através de “exercícios de estilo brilhantes” (Neveu, 2005, p. 21). Tal matriz reflete-se hoje nos manuais de jornalismo em língua francesa, nos quais a crónica é caracterizada como uma rubrica fixa, regular e com uma assinatura de renome, que tanto pode ser a de um político ou intelectual como a de um jornalista consagrado (Agnès, 2008), e que é praticada de forma pessoal e livre sob a exclusiva responsabilidade do seu autor (Grevisse, 2014).
- 11 Se convocarmos a dicotomia instituída originalmente no jornalismo anglo-americano entre factos e opiniões, ou entre géneros informativos e opinativos, pode pensar-se na crónica como um simples género opinativo. Nesta visão, apenas a designação seria específica, mas o estatuto seria semelhante ao que as colunas de *comment* desempenham na imprensa de língua inglesa. Acontece, porém, que a crónica, como género cultivado na imprensa francesa, foi adquirindo uma plasticidade que abre

campo a diversos registos, formas e temas, eventualmente classificáveis como subgéneros.

- 12 Segundo os manuais, se a crónica é “uma reflexão sobre a atualidade”, essa atualidade tanto pode ser constituída por acontecimentos noticiosos, como pelos livros que o cronista lê, por situações por ele vividas ou pela sua observação direta do quotidiano (Agnès, 2008). É um espaço para as reflexões do autor, mas também pode acolher as suas “impressões” (Agnès, 2008). Define-se como uma rubrica eminentemente assente na “criatividade”, com vista a “interessar, surpreender e agradar” (Grevisse, 2014, p. 168). Em França, esta diversificação no seio de um género chamado crónica deu-se sobretudo após a II Guerra Mundial.
- 13 A tentativa de fazer uma teoria geral da crónica depressa conclui que ela é mais fácil de definir pela negativa do que por traços efetivos, podendo mesmo apontar-se-lhe uma lista de exceções. Primeiro, não é um género universal, nem sequer no contexto restrito da Europa Ocidental, pois desenvolveu-se em apenas algumas das suas culturas jornalísticas, em contraste com os géneros que se tornaram canónicos no jornalismo moderno (a notícia, a entrevista, a reportagem, o artigo de opinião). Segundo, não é um género com significado unívoco no interior de uma mesma cultura jornalística, como o demonstra a variabilidade interna patente no caso francês. Terceiro, não tem o mesmo significado nos vários países onde vigora e nos respetivos idiomas jornalísticos, e, portanto, a sua prática não corresponde a um género transversal, mas sim a géneros distintos sob um termo único na aparência, numa situação de variabilidade externa.
- 14 Espanha, onde também vigora a denominação de *crónica*, ilustra a variabilidade externa por comparação com França. Na imprensa espanhola, a crónica designa essencialmente um relato de factos noticiosos, mas distingue-se da notícia e da reportagem por ter um pendor interpretativo que lhe é dado pelo próprio cronista (que neste contexto é sempre um jornalista; por exemplo, um correspondente internacional ou local). Portanto, a crónica não corresponde aqui ao espaço de comentário sobre a atualidade feito regularmente por um mesmo autor (género que em Espanha recebe a denominação de *coluna*), mas sim a um conteúdo com valor-notícia abordado com “uma impressão pessoal valorativa” (Vivaldi, 1993, p. 130) que não está ligado à ideia de periodicidade.
- 15 Em vez da dicotomia entre informação e opinião, o cenário espanhol favorece uma teoria tripartida dos géneros jornalísticos, catalogados como informativos, interpretativos e opinativos; e estimula até a visão de um quase *continuum* entre categorias, com gradações intermédias como a de “géneros ambíguos-mistos de interpretação e informação”, na qual está situada a crónica (Vargas, 1999, p. 65). A própria essência da crónica, em contexto espanhol, é ser uma confluência de “relato” e “juízo”, incorporar a notícia mas ir além dela, considerando-se que “factos e autor convivem na crónica em simbiose indissolúvel” (Vivaldi, 1993, p. 136).
- 16 No entanto, também em Espanha a crónica não deixa de ter alguma variabilidade interna. A par do entendimento predominante, existe aquilo a que pode chamar-se a “crónica da vida diária” ou *croniquilla*, desligada dos acontecimentos com noticiabilidade, para se apoiar em factos banais do quotidiano. Martín Vivaldi (1993) considera-a uma variante de grande dificuldade, só bem-sucedida por parte de jornalistas com um olhar de humorista, filósofo ou poeta, capazes de captar “a visão profunda – simbólica ou alegórica – de coisas na aparência secundárias” (p. 140).

3. A crónica como categoria no jornalismo português

- 17 Em Portugal, a consulta de manuais de jornalismo de imprensa elaborados nas últimas décadas mostra alguma ambiguidade em torno da crónica.
- 18 Publicado em 1989, o *Manual do Jornalista*, da autoria de Daniel Ricardo (então com funções importantes no grupo do semanário *O Jornal*), nada diz sobre a crónica. Em 1992, um livro de iniciação à imprensa elaborado por Nuno Crato situa a crónica nos géneros opinativos, dado considerar que o seu carácter permanente é de comentário. Aponta-lhe também um destaque gráfico, pela habitual separação, através de uma “cercadura” ou “caixa”, face às restantes peças. Noutros aspetos, porém, assinala a variabilidade da crónica: o registo tanto pode ser polémico, como irónico ou humorístico; a assinatura tanto pode ser de um jornalista como de um convidado; a publicação tanto pode ser regular, numa rubrica fixa, como ocasional, num artigo avulso (Crato, 1992). Na mesma linha, o *Dicionário de Jornalismo*, da autoria de Fernando Cascais (2001), define a crónica como uma peça de opinião personalizada, sublinhando a sua liberdade temática e o recorte literário.
- 19 Já o *Livro de Estilo* do jornal *Público* (1998), com carácter eminentemente prático, dá duas definições distintas de crónica. Uma diz respeito a texto regular, com carácter polemizador; neste caso, a autoria é fundamental, mas o critério não reside em ser jornalista ou não, e sim no facto de a crónica estar reservada àqueles a quem o jornal reconhece autoridade para a fazer, podendo ser “figura pública” ou “jornalista prestigiado”. A outra versão do género crónica compete exclusivamente a jornalistas e é definida como uma “peça em que o destaque vai para o ambiente” e para uma “descrição humanizada”, em detrimento da informação precisa sobre factos e eventos.
- 20 A habitual amálgama entre crónica e opinião é algo que Anabela Gradim refere no seu *Manual de Jornalismo*, apontando duas razões para isso: o facto de os mesmos autores saltarem de um género para o outro e a existência de textos difíceis de classificar devido à mistura de características. Para Gradim (2000, p. 97), aquilo a que propriamente se deve chamar crónica “conta uma história ou debruça-se sobre factos curiosos do quotidiano”, fazendo uso das potencialidades estéticas da linguagem para proporcionar uma leitura agradável e sem pretensões políticas nem fins de doutrinação da opinião pública.
- 21 Joaquim Vieira aponta também a existência de dois tipos de crónica na imprensa portuguesa, a crónica-relato e a crónica de opinião, defendendo que o segundo resulta de uma designação impropriamente instalada acerca daquilo que é na verdade um artigo opinativo. Para Vieira (2007, p. 130), a crónica é “uma história ou uma situação geralmente vivenciadas ou testemunhadas pelo repórter, de forma mais literária e livre do que os habituais cânones do jornalismo permitem na notícia ou na reportagem” e mais subjetiva do que esta, mas no fundo uma sua “variante”.
- 22 Segundo Jorge Pedro Sousa (2005), pelo contrário, a única coisa que parece definir a crónica é a sua regularidade, no tempo e no espaço do jornal, e a assinatura de um mesmo autor. A partir daí, Sousa considera que qualquer tema e uma variedade de formatos textuais (artigo de opinião, artigo de análise e, até, reportagem) podem preencher o espaço da crónica. Nesta conceção, dir-se-ia que a crónica não é vista como um género, consistindo mais numa moldura para conteúdos muito diversos. O autor defende, aliás, que “a crónica não demarca fronteiras nítidas com outros géneros

jornalísticos”, excetuando o pendor “criativo” que se espera do cronista (Sousa, 2005, p. 207).

- 23 Note-se que estas abordagens do que é a crónica são geralmente da autoria de jornalistas ou ex-jornalistas dedicados ao ensino e inserem-se em volumes cujo propósito é codificar as práticas jornalísticas nas redações ou transmitir o saber-fazer a estudantes. Pela sua natureza, não elaboram uma teorização do género, mas permitem perceber que o entendimento atual da crónica em Portugal se divide, *grosso modo*, em duas variantes distintas. A nossa hipótese é que elas podem ser vistas como *polos* com cambiantes intermédias: num dos polos prevalecerá o comentário e um *pendor ensaístico*; no outro predominará a descrição de acontecimentos e um *pendor narrativo*.

4. As origens da crónica em Portugal

- 24 Se os géneros não são meros modos discursivos, mas sim práticas sociais, a génese histórica da crónica na imprensa do século XIX reside precisamente em motivações pragmáticas de estabelecer uma relação regular com um número crescente de leitores (Reis & Lopes, 2007). Em Portugal, essa temporalidade construída pelos periódicos na fase de alargamento do público e de nascimento da opinião pública no regime liberal consiste num discurso sobre a atualidade e casa-se no início com a tradição literária em textos indistintamente designados como folhetim ou *chronica*, ou em secções de conteúdo heteróclito e fragmentado, com as mesmas denominações (Rodrigues, 1998, 2003).
- 25 O sentido do primeiro termo altera-se depois e passa a reservar-se para o espaço literário do folhetim-romance. A crónica fica a intitular os textos que se ocupam da realidade social ou os espaços de miscelânea lúdico-informativa, como os de Eça de Queirós no bissemanário *Distrito de Évora*, em 1867, que, segundo a investigadora queirosiana Annabela Rita (2017), ainda não configuravam um género, mas sim uma secção compósita. No caso de Eça, os textos dos opúsculos intitulados *As Farpas*, em 1871, já constituem um género ao possuírem uma unidade textual e características próprias, como o distanciamento crítico e a tentativa de captar o leitor para o ponto de observação do cronista (Rita, 2017).
- 26 Eça de Queiroz foi um caso notável no manejá da crónica, mas já desde a década de 1820, e até ao fim do século, se repete o uso expresso da categoria numa variedade de jornais e revistas, por uma variedade de autores que, além de pseudónimos e anónimos, inclui juristas, dramaturgos, romancistas, poetas ou economistas (Rodrigues, 2003), confundindo-se a colaboração externa com a função redatorial no redigir de crónicas.
- 27 Enquanto categoria usada na imprensa, a crónica nasce e vai-se transformando, portanto, no século XIX, consistindo geralmente num misto de relato, comentário e análise. Da ironia à polémica, o tom é variado e também varia a conceção do que é a crónica, que o próprio Eça ora descreveu como uma conversa íntima e indolente, ora equiparou à caricatura que magoa pelo riso (Rita, 2017).
- 28 Esta variedade tem de ser entendida no quadro de uma imprensa que vai alargando a sua vertente noticiosa, mas na qual o jornalismo ainda não possui o carácter de profissão, na qual os “jornalistas” se movem através de fronteiras pouco definidas e na qual os jornais apenas esboçam um modelo organizacional, razões para a codificação em géneros ser incipiente, prevalecendo na crónica a variedade de formatos dados

individualmente pelos literatos que colaboram com os periódicos ou são redatores destes e lhes dão prestígio através do comentário político ou de costumes em estilo literário. Publicistas ou “escritores públicos”, muitos deles acumulam o lugar de redator ou diretor de jornal com outras profissões ou com cargos políticos (Ramos, 1994) e a variedade dos temas e dos discursos correspondia à variedade de posições e interesses que cada um corporizava.

- 29 A atual crónica, na sua liberdade e diversidade de registos, pode ser vista como um género herdeiro dessa época, em que a figura do jornalista se confundia com a de comentador crítico e intelectual público. Mas ela ter-se-á tornado, ao mesmo tempo, um género firmado e persistente devido à transição para a fase em que o trabalho jornalístico se foi especializando e profissionalizando, se industrializou nos processos e se comercializou em larga escala. Nesta fase, vai-se impondo cada vez mais a notícia enquanto mecanismo privilegiado de ligação social e forma de conhecimento específica das sociedades modernas. Mas terá sido o próprio processo de diferenciação (organizacional e discursiva) da imprensa, ao criar um sistema de géneros, que garantiu um lugar à crónica nos contextos jornalísticos cujas articulações com outras esferas, como a política ou a literária, a favoreceram.
- 30 Se é fácil identificar a menção à crónica do século XIX, mapeando autores e publicações, já é uma tarefa muito mais complexa definir aquilo em que ela consiste e quais as características que a tornaram um género. Na compilação que fez de “crónicas jornalísticas” oitocentistas, Ernesto Rodrigues (2003) agrupou também muitos textos em que não figura a menção ao termo, o que se justifica pela ideia de real indistinção face a peças classificadas como “folhetim” ou “revista da semana”, mas, em todo o caso, pressupõe um critério *de hoje* acerca do que é *realmente* a crónica. Algo semelhante acontece no estudo de Annabela Rita sobre o *Distrito de Évora*, em que a investigadora, de entre os textos de Eça na heteróclita secção *Chronica*, analisa apenas os “fragmentos de natureza cronística” (Rita, 2017, p. 62).
- 31 Não há, portanto, uma coincidência entre o uso do termo na imprensa – a autodefinição – e a sua conceção pelos estudiosos, que requer uma hétero-definição. O problema, já notado a propósito dos géneros em geral (literários, mas também os jornalísticos), é que estes não são termos analíticos criados no exterior do mundo prático e concebidos para uma aplicação científica (Schaeffer, 1989). Eles são, antes, e em particular no jornalismo, categorias com histórias não lineares, que obedecem a propósitos estratégicos e a circunstâncias mutáveis e que podem estar impregnados de incoerências formais.
- 32 No entanto, Annabela Rita defende que, na década de 1870, *As Farpas* realizam uma fixação do género crónica por um processo de fusão ou miscigenação de características anteriormente dispersas por uma miscelânea de textos – informativos, poéticos, anedóticos –, que Eça “recombina de forma a reconstituir uma outra individualidade” (Rita, 2017, p. 57). Segundo a investigadora, a autonomização da crónica faz também com que ela se instale num espaço intermédio entre o jornalismo e a literatura, tornando-se um género que articula os dois campos.
- 33 Portanto, o caso da crónica, que terá na sua natureza a absorção e mistura de vários registos discursivos, será um género especialmente complexo quanto ao seu apreender como objeto científico, dada a sua multifacetação textual. A heterodefinição formal da crónica exigiria um trabalho extenso e minucioso de análise linguística e retórica que não está ao nosso alcance nem é propósito deste artigo.

- 34 Mas o facto de no jornalismo português haver hoje uma noção plurifacetada da crónica e de uma das suas variantes privilegiar o relato, conforme sustentam Gradim (2000) e Vieira (2007), aponta para duas hipóteses: (1) a crónica terá passado por um processo histórico de codificação e diferenciação interna na imprensa portuguesa, que a terá conduzido de um estado (inicial) de fusão de discursos a um estado (mais recente) de pluralidade de registos *separados*, ou seja, de coexistência de subgéneros debaixo da mesma denominação; (2) a variante de relato, que na fixação queirosiana não existia autonomamente, nem constituía uma prática habitual em outros notáveis cronistas da viragem para o século XX,¹ ter-se-á depois formado numa certa conjuntura específica e com traços que lhe serão congénitos.
- 35 É evidente que, neste artigo, não podemos indagar todos os passos desse processo no vasto universo da imprensa portuguesa nem encontrar a certidão de nascimento da crónica-relato na sua manifestação original. Focamo-nos apenas num caso particular que julgamos situar-se nos inícios deste subgénero em Portugal e tentamos refletir sobre as suas características jornalísticas.

5. Contexto para uma nova crónica

- 36 Apesar de na primeira metade do século XX os jornais portugueses terem evoluído para uma configuração mais noticiosa, essas décadas são marcadas por dois aspetos. Por um lado, prolonga-se a ligação com o vetor literário que ainda levava alguns profissionais, nos anos 30 a 50, a caracterizarem o jornalismo como uma modalidade da literatura (Sobreira, 2003). Por outro lado, o contexto ditatorial a partir de 1926 manteve o jornalismo num estado de estagnação em que predominavam a baixa escolaridade, a acumulação de empregos e uma homogeneização de temas imposta pela censura, que dissuadia a originalidade e enfraqueceu até géneros que se haviam destacado na década de 1920, como a entrevista e a reportagem (Correia & Baptista, 2007).
- 37 Na segunda metade dos anos 50, com o unanimismo político do regime já em erosão, a conjuntura jornalística começou a modificar-se. O nascimento do *Diário Ilustrado*, em dezembro de 1956, é considerado um marco inicial das transformações que se aprofundariam na década de 60 (Correia & Baptista, 2007). Financiado por capitais alheios ao setor da imprensa e pretendendo disputar o espaço dos vespertinos *Diário de Lisboa* e *Diário Popular*, o novo jornal nasceu através de um processo inusitado em que Miguel Urbano Rodrigues, até então redator do *Diário de Notícias* e convicto oposicionista, foi convidado para formar e chefiar a redação, com a incumbência de fazer um diário “diferente de tudo o que existia”, e acabou por agitar “as águas paradas da imprensa portuguesa” (Rodrigues, 2002, pp. 97-98).
- 38 Aproveitando a ambiguidade da administração, e apesar de não ter uma ideia clara acerca do projeto editorial, Miguel Urbano Rodrigues constituiu um grupo com cerca de 20 jornalistas, em que pontificavam jovens com qualificação académica e vontade de inovar. Alguns desses jovens tinham também motivações literárias, como confirmou Roby Amorim em entrevista biográfica, ao recordar a sua iniciação no *Diário Ilustrado*, marcada pelo “desejo de contar histórias (...) ver as coisas por dentro” (Correia & Baptista, 2009, p. 367). As veleidades inovadoras duraram um ano, até a administração intervir no rumo do jornal e a maior parte da redação acabar por se demitir. Mas, enquanto durou, o quadro foi propício à experimentação.

- 39 Uma das inovações que o *Diário Ilustrado* introduziu foi uma rubrica chamada “Sinfonia do quotidiano”, redigida rotativamente por vários jornalistas e assinada no final apenas com as iniciais. O espaço não era fixo nem a dimensão era uniforme, mas a publicação era muito frequente, em geral na página 6, sempre a uma coluna. Durante o primeiro mês foram publicadas 19 crónicas (com 11 autorias diferentes)², a primeira das quais logo no número um, dia 2 de dezembro. É sobre esse *corpus* do mês inaugural que nos debruçamos.
- 40 Na mesma altura, o *Diário de Lisboa* não tinha qualquer rubrica semelhante e o *Diário Popular*, que se pautava por uma estratégia comercial mais ativa na conquista de público, começou a publicar, no dia 3 de dezembro, uma rubrica intitulada “Pequena Crónica da Cidade”. Esta coluna, que não existia antes, saiu em sete ocasiões ao longo do mês, mas correspondia a casos de tribunal descritos em estilo noticioso e sem identificação do jornalista. O *Diário Popular* tinha nesta altura outra rubrica, intitulada “Nota da Redacção”, escrita na primeira pessoa e com fotografia do redator, que era publicada muito ocasionalmente.³ O tom desta nota era sobretudo de chamada de atenção para situações locais, mas por vezes integrava curtos trechos narrativos.
- 41 O surgimento da “Sinfonia do quotidiano” como rubrica frequente dá-se, portanto, num contexto em que o género crónica parece não estar fixado nem consolidado na imprensa vespertina.⁴ O caso do *Diário Ilustrado* permite, assim, refletir sobre alguns dos vetores referidos sobre a teorização dos géneros numa perspetiva sócio-histórica (as suas funções, as condições da sua produção, o seu tipo de dialogismo), articulando-as com a análise de algumas características textuais que podem ajudar a perceber a sua codificação formal, nomeadamente a posição do cronista, o tempo e o espaço das crónicas, o tipo de personagens e certos elementos da linguagem utilizada.

6. A rubrica do *Diário Ilustrado*

- 42 Estamos, de facto, perante uma forma predominantemente narrativa de crónica. Dos 19 textos, 14 têm uma estrutura de relato, desenrolando uma sequência de ações, mais ou menos acompanhada por elementos descritivos. Antes da narrativa é frequente um recurso retórico introdutório, como logo na primeira crónica (“Foi assim. Eu conto.”), passando-se depois à narração: “Pela milionésima vez tomei o meu lugar na longa fila dos eléctricos”.⁵
- 43 A componente de comentário, que identificamos através do discurso avaliativo, é muito reduzida nestas crónicas, com escasso uso de adjetivos valorativos e raros juízos de valor expressos. Mesmo no pequeno número de textos não narrativos, o registo avaliativo não faz regra, só constituindo marca essencial nas duas únicas crónicas que abordam acontecimentos mediatizados (internacionais).⁶ Pela exceção que estas constituem, vemos que a “Sinfonia do quotidiano” marca um afastamento em relação ao género de crónica-comentário, cuja venerável tradição não exclui o uso de trechos narrativos, mas tem como pedra angular a opinião do cronista.
- 44 A generalidade destas crónicas do *Diário Ilustrado* instala-se num terreno que não é o noticioso nem o opinativo nem se enquadra facilmente no leque de funções assumidas pelos *media* modernos – informar, entreter, persuadir, cultivar –, que se foram estabilizando através de géneros próprios (Ringoot & Utard, 2009). A dimensão pragmática dos seus textos parece propor-se, sobretudo, estabelecer uma aproximação

ao público, e concretamente ao público da cidade (que constituiria os cerca de 20 mil leitores do jornal, sobretudo lido em Lisboa), proporcionando-lhe pontos de identificação ou matéria reflexiva acerca do dia a dia comum. Pode mesmo iniciar-se a crónica como uma espécie de *zoom* para a vida de todos os dias:

Há um jornalista que escreve do Cairo. Há muitos outros que nem conhecem o Cairo. Há a Hungria e o seu drama. Terramotos no Japão, política em Pequim. (...) E na minha rua há um par de namorados. Todas as manhãs dão o braço e seguem o seu rumo.⁷

- 45 À introdução geral, sucede-se uma narração em que os deícticos próprios de um discurso subjetivo esbatem a distância e convidam também o leitor a partilhar com o cronista um plano de proximidade com a história.
- 46 Num período em que dominava a informação oficial e a maioria dos jornalistas se comportava como funcionários burocráticos (Correia & Baptista, 2007), compreende-se que um jornal com intenções inovadoras procure formas de dar saliência a esta dimensão pragmática do jornalismo, que consiste em criar um terreno comum com os leitores. Um dos aspetos que indiciam isso é o facto de a rubrica relatar a experiência direta dos cronistas (só dois dos 19 textos incidem sobre atualidade noticiosa), uma experiência mais ou menos banal que é partilhada por muitos cidadãos. Outro é o facto de, nestas curtas narrativas, os jornalistas se desinvestirem da sua roupagem profissional e surgirem na pele de transeuntes, passageiros, clientes de cafés. Não se dedicam a produzir informação segundo os mecanismos jornalisticamente convencionados para a captação de uma certa realidade pública, aparecendo como pessoas a quem ocorre o incidental e o habitual, próprios do quotidiano.
- 47 Esta crónica da proximidade decorre de uma determinada inserção social dos jornalistas, que existia naquele contexto histórico. Ela é proporcionada pela localização do jornal no coração de Lisboa, entre o Bairro Alto e o Chiado, mas sobretudo por condições que colocavam o grupo de jornalistas em constante permeabilidade com a rotina da cidade, independentemente de o trabalho na redação se centrar em informações oficiais, atos públicos e fontes autorizadas. A quantidade de crónicas situadas em elétricos e autocarros, nas paragens e na rua, em cafés e tabernas traduz uma vivência comum da cidade, que os jornalistas utilizam, percorrem e frequentam, não só em contacto com os concidadãos, mas nas mesmas circunstâncias que eles. A emergência de uma redação literariamente apta, ao mesmo tempo que se mantinha um estatuto social modesto e o não fechamento do grupo profissional, possibilitou que o olhar próximo se traduzisse em texto.
- 48 A pragmática destas crónicas tem outro aspeto relevante na posição que o cronista constrói no próprio texto. Ele é, na maior parte das narrativas, um dos participantes da história (um narrador homodiegético, que também é personagem, mas nunca protagonista) ou, noutras vezes, um observador explícita ou implicitamente presente nas cenas apenas como testemunha, adotando portanto uma posição interior em episódios da vida comum, que muitos leitores podem tomar também como sua.
- 49 Original do ponto de vista jornalístico é a posição retórica assumida por vários cronistas que utilizam a dúvida como ferramenta (“Tentei em vão decidir-me por um dos lados do dilema”) e constroem para si, como narradores e personagens, um lugar de não autoridade, onde podem mesmo representar as suas próprias fragilidades (“Estava um pouco atrasado, como infelizmente acontece com frequência (...) muitas vezes por simples desleixo”) ou os pesos da consciência (“Nunca mais deixaremos de nos

arrepende de ter brincado com o pobre homem (...) não nos terá ficado grande remorso, mas uma amargura que não pudemos evitar”⁸. Este dar-se a perceber nos seus dilemas pessoais é outro elemento de potencial aproximação ao leitor, que não lê apenas mensagens sobre o objeto da crónica, mas também acede a informação sobre o sujeito-cronista.

- 50 Quer o registo não assertivo, quer a pouca componente avaliativa sugerem que os cronistas criam nesta rubrica um espaço alheio à obrigação jornalística de dissecar, analisar ou comentar a realidade. Os textos são frequentemente muito abertos e não conclusivos, mais adeptos da perceção que da explicação (“Não convém (...) inventar um romance onde provavelmente nada há... Registamos apenas um facto: um toldo de lona, uma pequena placa com números, um carro esverdeado que tarde a chegar”)⁹. Pode entender-se a emergência desta variante descritivo-factual da crónica como uma adequação do género ao contexto, que se foi firmando ao longo do século XX em Portugal, do jornalismo noticioso e dos seus valores. No *Diário Ilustrado*, já “a maioria da redacção (...) acreditava na objectividade do jornalista” (Rodrigues, 2002, p. 107), sendo certo que tal quadro ideológico foi incorporando na profissão um crescente constrangimento quanto a exprimir opiniões ou a tomar partido e que essa retração é especialmente sentida pelos jornalistas jovens e pouco experientes.
- 51 A narrativização da crónica emerge, assim, como forma de compatibilizar a tradição subjetiva-literária com a crença não interventiva do profissional do jornalismo. Trata-se de um produto próprio da conjuntura moderna de uma certa cultura jornalística, uma forma que surge quando o género é entregue também a qualquer membro da redacção e deixa de ser praticado apenas por aqueles que são de algum modo externos ao campo (escritores e políticos) ou que ainda desfrutavam de uma não delimitação clara daquele (publicistas e jornalistas-escritores). É também um subgénero cuja formação acompanha o processo de dignificação do repórter (subalternizado face ao redator, pelo menos, até meados do século) e a passagem do repórter-informador (que apenas recolhia e entregava informações à redacção) para um repórter mais qualificado e literariamente competente que passa a produzir os seus próprios textos, condições que favorecem a prática da crónica por parte deste último e a aproximam de um registo descritivo, ao invés do comentário avaliativo.
- 52 Numa época em que por norma as peças jornalísticas não tinham autor identificado, a assinatura retomava a tradição da crónica como texto de cunho pessoal. Mas fazia-o ao arrepio da ideia de cronista consagrado e concedia essa faculdade a qualquer jornalista. Talvez por isso, a autoria surge de forma modesta, num compromisso entre a discrição do trabalho redatorial e a margem de liberdade autoral dada a jovens jornalistas sem credenciais.
- 53 O esforço de originalidade e diversificação tentado com a “Sinfonia do quotidiano” certamente só foi possível pela emergência de uma redacção qualificada, mas a assiduidade da rubrica também só terá sido alcançável com a participação de quase todos. Por isso, também o tempo é uma variável relevante neste subgénero. O tempo da narrativa corresponde ao valor jornalístico da atualidade (geralmente são histórias de ontem). Mas o ritmo da produção, ao basear-se em episódios fortuitos, permite que cada jornalista, individualmente, obedeça mais ao tempo das coisas do que a um tempo profissional predefinido e domesticado por uma técnica jornalística de deteção regular. Os motivos da crónica do quotidiano não se procuram, encontram-se, ainda que só

possam ser encontrados por uma certa faculdade de observar que se pode considerar uma especialização profissional do cronista.

- 54 A “Sinfonia do quotidiano” abre, portanto, espaço para uma lógica cronística que é tributária do acontecimento, mas que assenta num critério de relevância marginal ao cânone jornalístico. Trata-se de uma rubrica “em que os redactores do *Diário Ilustrado* dão nota da sua emoção do dia-a-dia”,¹⁰ em que a escolha de situações e temas obedece a uma sensibilidade mais próxima de uma sociologia da vida quotidiana, disciplina que procura “revelar a vida social na textura ou na espuma da «aparente» rotina de todos os dias, como a imagem latente de uma película fotográfica” (Pais, 2002, p. 33). Não por acaso, Adelino Tavares da Silva, um dos cronistas mais talentosos do *Diário Ilustrado*, via-se um pouco como “um sociólogo do quotidiano” (Rodrigues, 2002, p. 115). Tal como nessa sociologia herdeira dos instantâneos que Georg Simmel procurava tirar da vida metropolitana, também de algumas destas crónicas se pode dizer que passam “a paisagem social a pente fino, procurando os significantes mais do que os significados” e que lhe “interessa mais a mostraçãõ do que a demonstraçãõ” (Pais, 2002, pp. 31-32).
- 55 Esse cariz sociológico, que regista não só o insólito mas também o habitual e representativo, é hoje perceptível no lote inicial de crónicas do *Diário Ilustrado*, porque é ele que nos dá a ver um fenómeno então banal como era o trabalho infantil (e a pobreza associada), tema ausente dos outros géneros e, provavelmente, também não abordado em nenhum outro jornal nessa conjuntura política. Uma das crónicas descreve os paquetes do próprio jornal nas suas tarefas e aspirações de miúdos com 11 ou 13 anos. Outra crónica, assinada SC (presumivelmente o jornalista Silva Costa), narra um episódio das madrugadas em que o jornalista em serviço noturno se costuma cruzar, numa taberna, com o início do dia de operários e de um rapaz pobre que ganha a vida a vender pentes e alfinetes. É esse rapaz que protagoniza a história cujo final é o seguinte:
- Está lá ao abrir da porta e tem amigos entre os trabalhadores que ali vão ao “mata-bicho”. Mas desta vez foi posto fora por um empregado novo. Saiu a olhar para trás, a mão esquerda segurando o guarda-vento, a direita a apertar contra si a lancheira que é a sua riqueza. E foi o desastre: uma leiteira, idosa já, corria pelo passeio e o embate entre ambos deu-se. (...) E só quando ela se foi, apanhou do chão as miudezas que lhe entregaram para vender à percentagem. Tinha-se partido um pente. Sem pretensões de altruísmo, desejei pagar-lho (...). Mas não pude: alguém se me adiantou. Mãos de operário, ossudas, descarnadas, afagaram primeiro que as minhas, antes que eu vencesse um resto de preconceito, que às vezes me tolhe, as débeis mãos do pequeno vendedor.¹¹
- 56 Se nos situarmos no Portugal de 1956 e no aparelho censório sobre a imprensa, é plausível que estas micronarrativas pudessem servir para abordar questões de fundo político sob a capa da futilidade. Nessa hipótese, este subgénero teria servido também como forma de contornar a repressão de discursos opinativos de sentido crítico, num contexto em que a falta de autonomia da profissão condicionava os critérios noticiosos. Uma parte destas crónicas convoca, de facto, figuras do mundo do trabalho e situações de pobreza em cuja narrativa se pode entrever uma dimensão ideológica, relativamente subtil. Contudo, muitos dos textos da “Sinfonia do Quotidiano” não contêm qualquer pendor crítico, seja de cariz alegórico ou metonímico. E, nesses casos, a rubrica aponta mais para a função pragmática de diversificar os registos discursivos oferecidos pelo jornal e de introduzir agilidade e originalidade num panorama de cinzentismo editorial, com vista a uma certa utilidade na relação com os públicos.

- 57 O carácter dialógico, dimensão pragmática em que cada género define o seu estilo pela prefiguração do público e das suas respostas (Bajtín, 2012), é outro vetor que distingue estas crónicas do quotidiano. Elas projetam uma relação que prima pela não solenidade, em que a relatividade da sua importância intrínseca tende a afastar o cronista de uma retórica da relevância para investir numa pragmática da emoção ou do prazer. Por um lado, através da forma narrativa, ela instaura um tipo de relação cujo motor principal é a curiosidade pela ação. Por outro, pode levar a lançar mão de recursos estéticos, líricos, humorísticos. Tornar-se-ia um conselho dos manuais, e não por acaso: a crónica de jornal tem de dar gosto na leitura.
- 58 Na rubrica do *Diário Ilustrado*, o tom lírico está presente, nomeadamente em duas crónicas impregnadas de linguagem poética (“[As pessoas no autocarro] dir-se-iam desenhadas a diamante no cristal luminoso da tarde”; “O generoso excesso de coisas inúteis que povoam e confundem [a cidade]”).¹² Mas, no geral, os elementos conotativos são muito intermitentes e não pronunciados, surgindo apenas numa minoria de textos e de forma pontual. Há, por isso, uma prevalência do estilo jornalístico, que dá àquelas narrativas um tom geralmente distinto do da crónica literária e expressivamente mais pobre do que o desta. A expressividade advém mais frequentemente do detalhe ou do contraste, por exemplo na narração de uma viagem de táxi:
- Foi o primeiro que passou. Um automóvel pequeno, de modelo antiquado, negro, com a pintura estalada, os forros sujos e coçados, as molas dos bancos saudosas dos tempos em que tiveram alguma utilidade. Mas andava e era o essencial. Murmurei a direção e o automóvel arrancou. Um pequeno aparelho de rádio, luxo gritante no meio de toda aquela pobreza, transmitia a Sonata Opus III de Beethoven.¹³
- 59 Pelas personagens e o seu tratamento na narrativa, este tipo de crónica é, por fim, um trabalho que se insere de modo particular nas relações de produção em que o jornalismo é fabricado. Embora em algumas crónicas surjam tipos (o lisboeta apressado, o porteiro, o guarda), a maior parte dos textos é povoada por pessoas concretas (aquele taxista, o rapaz que vende pentes, a velhinha que assiste à lotaria). Mas, em geral, são personagens não identificadas segundo a lógica de precisão informativa da notícia ou da reportagem. A relação com as fontes e com os visados, origem de boa parte dos constrangimentos e dos rituais de salvaguarda postos em prática no jornalismo, dá assim lugar a uma relação menos rígida e rigorosa. Estas crónicas do quotidiano assumem, portanto, um cariz claramente jornalístico ao reportarem sobre tempos, lugares e pessoas que são reais, concretos e atuais, mas escolhem um código textual que afrouxa o escrutínio direto a que o jornalista está sujeito.

Conclusão

- 60 O caso do *Diário Ilustrado* mostra que em meados do século XX se abre na imprensa portuguesa um registo de crónica que não é de opinião. As suas características predominantes, no caso analisado, são a forma narrativa sobre episódios atuais, autoria interna à redação, discurso subjetivo mas não avaliativo, participação do cronista como personagem ou observador, narração na primeira pessoa, protagonismo de cidadãos comuns, moderação no uso de linguagem conotativa. O facto de várias décadas depois ainda haver manuais de jornalismo que não reconhecem na crónica mais do que um género opinativo (a par de outros que reconhecem) é um indício da baixa codificação dos textos cronísticos dentro do campo profissional.

- 61 Dentro da relação tensional entre criação e estandardização, ou entre autor e produtor (Ringoot & Utard, 2009), que é inerente ao próprio conceito de género, pode até ver-se na crónica, com as suas formas compósitas e cambiantes, traços da liberdade que ela transporta desde o início e que, ao contrário de outros géneros jornalísticos, a aproximam do polo da autoria (e poder-se-ia chamar *produtores* aos jornalistas quando fazem crónica). Este polo, menos constrangido pelo cronorritmo e pela cadeia de montagem padronizada que é um jornal, terá encontrado, em meados do século XX, no subgénero “do quotidiano” uma modalidade de discurso subjetivo mais de acordo com os valores jornalísticos do tempo e com a circunstância de qualquer redator ou repórter passar a poder tornar-se também cronista ocasional.
- 62 É inegável a implantação deste subgénero nas décadas seguintes à rubrica do *Diário Ilustrado*, como se pode inferir do conjunto de crónicas narrativas produzidas no interior do trabalho jornalístico nos anos 60 e 70 que povoam as coletâneas posteriormente publicadas por profissionais como Pedro Alvim, Baptista Bastos, Maria Judite de Carvalho ou Assis Pacheco. A publicação em livro prova que o instantâneo arrancado ao dia a dia, além da excelência literária de alguns exemplos, possui por vezes significados capazes de perdurar no tempo e uma potência reflexiva que alcança ressonâncias mais longas do que a generalidade da produção jornalística.
- 63 A certeza de que este subgénero esteve presente nos jornais portugueses a partir de meados do século XX não nos diz, porém, qual o seu espaço efetivo, quais as suas características em cada período ou qual a sua situação atual relativamente ao conjunto do género crónica. Estas são questões que pretendemos indagar numa próxima investigação de carácter longitudinal.

BIBLIOGRAFIA

- Agnès, Y. (2008). *Manuel de journalisme: Écrire pour le journal*. Paris: La Découverte.
- Bajtín [Bakhtine], M. (2012). El problema de os géneros discursivos. In M. Bajtín, *Estética de la creación verbal* (pp. 245-290). México: Siglo Veintiuno.
- Berger, A. A. (1992). *Popular culture genres: Foundations of popular culture* (Vol. 2). Newbury Park: Sage.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de jornalismo*. Lisboa: Verbo.
- Crato, N. (1992). *Comunicação social: A imprensa*. Lisboa: Presença.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas do ofício à profissão: Mudanças no jornalismo português, 1956-1968*. Lisboa: Caminho.
- Correia, F., & Baptista, C. (2009). *Memórias vivas do jornalismo*. Alfragide: Caminho.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Grevisse, B. (2014). *Écritures journalistiques*. Bruxelas: De Boeck.
- Neveu, E. (2005). *Sociologia do jornalismo*. Porto: Porto Editora.

- Pais, J. M. (2002). *Sociologia da vida quotidiana*. Lisboa: ICS.
- Público (1998). *Livro de estilo*. Lisboa: Público.
- Ramos, R. (1994). A nação intelectual. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 6, pp. 43-67). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Reis, C., & Lopes, A. C. (2007). *Dicionário de narratologia*. Coimbra: Almedina.
- Ricardo, D. (1989). *Manual do jornalista*. Lisboa: O Jornal.
- Ringoot, R., & Utard, J.-M. (2009). *Les genres journalistiques: Savoirs et savoir-faire*. Paris: L'Harmattan.
- Rita, A. (2017). *Eça de Queirós cronista: Da chronica à crónica*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, E. (2003). *Crónica jornalística: Século XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rodrigues, E. (1998). *Mágico folhetim: Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Notícias.
- Rodrigues, M. U. (2002). *O tempo e o espaço em que vivi*. Porto: Campo das Letras.
- Schaeffer, J.M. (1989). *Qu'est ce que un genre littéraire?* Paris: Seuil.
- Sobreira, R. (2003). *Os jornalistas portugueses, 1933-1974: Uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, J. P. (2005). *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Vargas, N. A. (1999). *Periodismo de opinión: Claves de la retórica periodística*. Madrid: Síntesis.
- Vieira, J. (2007). *Jornalismo contemporâneo*. Lisboa: Edeline.
- Vivaldi, C. M. (1993). *Géneros periodísticos*. Madrid: Paraninfo.

NOTAS

1. Por exemplo, em Fialho de Almeida ou, já nas primeiras décadas do século XX, em Albino Forjaz de Sampaio. Nestes casos, não se encontram textos com estrutura narrativa, mas sim fragmentos de narração no seio de algumas crónicas.
2. As crónicas dos dias 9 e 10 foram publicadas sem autoria.
3. Tinha sido publicada uma única vez em todo o mês de outubro e outra em novembro. Em dezembro, saiu em três ocasiões.
4. Nesse contexto ainda se encontra um outro sentido dado ao termo, nomeadamente no *Diário Popular*, que intitula textos noticiosos-interpretativos de um correspondente no estrangeiro como “crónicas de Paris”. Esta aceção de crónica é a que ainda hoje vigora no jornalismo espanhol (e no italiano), mas que em Portugal se viria a circunscrever a áreas específicas, como o jornalismo desportivo.
5. “Que seria...?”, 2/12/1956.
6. Trata-se dos textos “Medo e dignidade” (14/12/1956) e “A mensagem da rainha” (27/12/1956).
7. “Os namorados”, 15/12/1956.
8. Excertos, respetivamente, das crónicas “Que seria...?” (2/12), “Música para o povo” (3/12) e “Desejais a vossa caricatura” (22/12).
9. “A paragem do autocarro”, 10/12/1956.
10. “Medo e dignidade”, 14/12/1956.
11. “Uns olhos grandes como a sua miséria”, 23/12/1956.

12. Trechos das crónicas “Drama no autocarro” (5/12) e “Poupem ao menos as flores” (11/12), respetivamente.

13. “Música para o povo”, 3/12/1956.

RESUMOS

Como género jornalístico pouco codificado, a crónica sofre de várias ambiguidades ligadas aos contextos históricos e culturais em que foi sendo praticada e que, no caso português, se manifestam na falta de consenso que subsiste dentro do campo profissional. Neste artigo, procuramos situar a crónica dentro da(s) cultura(s) jornalística(s) e dar-lhe algum enquadramento histórico, focando-nos especificamente no que consideramos um subgénero formado durante o século XX, a crónica “do quotidiano”, da qual examinamos, no *Diário Ilustrado* de 1956, uma manifestação particular do seu processo de formação em Portugal. Antes disso, a primeira parte do artigo recenseia os sentidos que são dados atualmente à crónica e revisita de forma breve as suas origens em Portugal.

As a journalistic genre, “crónica” has been ambiguously defined along different historical and cultural contexts, and still lacks consensus within the professional field in Portugal. In this paper, we try to situate it according to diverse journalistic cultures and give it some historical framing, focusing on the formation of a specific subgenre – the everyday life chronicle – through a particular case from the Portuguese newspaper *Diário Ilustrado* in 1956. Previously, we identify the various meanings given to the “crónica” in journalism and briefly recall its origins in Portugal.

ÍNDICE

Palavras-chave: crónica, jornalismo, quotidiano, imprensa, *Diário Ilustrado*

Keywords: crónica, journalism, everyday life, press, *Diário Ilustrado*

AUTOR

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO

Universidade da Beira Interior

R. Marquês de Ávila e Bolama

6201-001 Covilhã

jose.carvalho@labcom.ubi.pt